



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

MEMÓRIA DE REUNIÃO Nº CJF-MRU-2016/00156

Brasília, 28 de outubro de 2016.

Objetivo da reunião: Tratar da formação de polo de desenvolvimento do PJe

Horário e local: 15:00 - Videoconferência

Assunto: Portfólio de projetos

Participantes	Função/Cargo	Unidade
Lúcio Melre da Silva	SECRETARIO	STI
Deusdete Alves Paixão	SUBSECRETARIO	SUSOF
Dr. Marcelo Albernaz	Presidente do Comitê Gestor do PJe	TRF 1ª Região
Marcos Barbosa	Diretor de TI	TRF 1ª Região
Jader Videira	Secretário de TI	TRF 3ª Região
Fábio Cuzzati	Diretor de Divisão	TRF 3ª Região
Cristian Prange	Secretário de TI	TRF 4ª Região
Fernanda Montenegro	Secretária de TI	TRF 5ª Região

Pauta

1. Abertura

Dr. Marcelo agradeceu a presença de todos os participantes e informou acerca de sua nomeação para presidir o Comitê-Gestor do PJe, que decorreu de sua residência em Brasília e da facilidade de tratar das questões do sistema com o CNJ.

Informou que o Ministro-Corregedor priorizou o sistema no âmbito da Justiça Federal e informou acerca de algumas tratativas realizadas com o CNJ:

1) Flexibilização de recursos do PJe para utilização em infraestrutura. Informou que foi encaminhado ofício ao CNJ, assinado pelo Ministro-Corregedor, e que manteve contato com o presidente da Comissão Permanente de TI e Infraestrutura do CNJ, Conselheiro Gustavo Alkmim, que informou que já houve flexibilização no passado e que solicitaria parecer técnico da unidade de TI do CNJ. Dr. Marcelo informou, ainda, que já há um parecer técnico da TI do CNJ e que este é favorável à flexibilização. Na próxima reunião da comissão permanente, que deverá ocorrer no início de novembro o assunto será submetido.

2) Havendo a flexibilização de uso dos recursos, Dr. Marcelo solicita aos Tribunais que empreendam esforços para realizar os pagamentos ainda em 2016, em virtude das limitações



trazidas pela PEC 241.

3) Apresentou a proposta de criação de um pólo de desenvolvimento do PJe no CJF, debatido nos itens a seguir.

2. Criação de pólo de desenvolvimento do PJe no CJF

Dr. Marcelo informou que o Ministro-Corregedor está procurando formas de auxiliar a Justiça Federal na expansão e consolidação do PJe e, para isso, as demandas da JF devem ser resolvidas e integradas com maior celeridade. Informou que esse assunto foi tratado no CNJ e este se comprometeu a estudar a possibilidade de ministrar um treinamento avançado em PJe para a JF, incluindo a possibilidade de participação de terceirizados nesse treinamento.

Para viabilizar os anseios da JF, apresentou a proposta de criação de um pólo de desenvolvimento, subordinado à Corregedoria da Justiça Federal, que desenvolveria suas atividades a partir da priorização da Comissão Técnica de Negócio - CTNPJe, da Comissão Técnica de TI - CTIPJe e do Comitê Gestor do PJe - CGPJe.

Dr. Marcelo informou que há tratativas entre TJRO e TJMG com o CNJ para realização de treinamento avançado para o PJe 2.0, voltado às equipes que já desenvolvem no PJe 1.7.

Sobre esse tema ocorreram as seguintes manifestações:

TRF 1ª Região. A JF não pode ficar totalmente dependente do CNJ para resolução de todos os problemas no PJe e todas as evoluções, pois o CNJ tem priorizado as demandas da Justiça Estadual. Assim, entende que a JF deve ser pragmática, criando um pólo de desenvolvimento mínimo, capacitando-o para atendimento das demandas prioritárias da JF. Informa que a JF tem que ser ágil na aprovação das demandas a serem desenvolvidas e que a CTNPJe deverá estabelecer as prioridades de desenvolvimento.

TRF 3ª Região. Das treze versões disponibilizadas pelo CNJ na versão 1.7.1.X o TRF 3 só teve condições de absorver duas, em virtude de falhas consideradas de impacto significativo para os usuários apresentados pelas versões e também pela sucessiva disponibilização de versão, noticiando novas funcionalidades ou correção de bugs identificados previamente, levando as equipes a abandonar a homologação da versão e partir para a próxima. Afirma que a JF deve auxiliar o CNJ na gestão e desenvolvimento do PJe, mas para isso, é necessário melhorar bastante a governança do PJe. Problemas têm sido verificados na homologação de versões e falta visibilidade ao que está sendo desenvolvido e priorizado pelo CNJ.

Sugere que os esforços da JF sejam iniciados com o desenvolvimento das funcionalidades já feitas pelo TRF 5, que deverão ser incorporadas à versão nacional e que a JF deve manter paridade com a versão nacional do CNJ. . Sugere que o CNJ faça uma apresentação do processo de desenvolvimento do PJe.

TRF 4ª Região. Sugere que a JF realize benchmarking com a Justiça do Trabalho para conhecer o modelo de desenvolvimento descentralizado adotado pelo órgão. A JF deve possuir comitês de respostas aos questionamentos que sejam ágeis e rápidos e, para isso, sugere a criação de grupo no whatsapp. Sugere, ainda, a avaliação de criação de uma versão para a Justiça Federal, a exemplo do que foi feito pela Justiça do Trabalho. Para definição do modelo de gestão e governança do PJe, a ser adotado na realização das atividades do pólo de desenvolvimento, deverá ser realizada reunião presencial. Sugere que o TRF5 trabalhe na versão 2.0 e demais regiões na versão 1.X

TRF 5ª Região. É necessário definir o modelo de governança do PJe, que permita o desenvolvimento compartilhado e sem recorrências, como têm ocorrido hoje com o CNJ. Sugere que a fábrica de software local desenvolva na versão 2.0 do PJe as demandas priorizadas pelos TRFs 1 e 3. Informa que há um documento de governança aprovado para o PJe e que este deve ser respeitado.

3. Apontamentos CJF



Melre informa que o Dr. Marcelo, juntamente com uma equipe técnica do CJF, estiveram no CNJ e colheram as seguintes impressões:

- 1) O sistema PJe ainda é prioridade para o CNJ. Aguarda, no entanto, definição da alta administração acerca de magistrado responsável pelo sistema
- 2) O CNJ deverá implementar um novo modelo de gestão do PJe, onde aquele órgão se responsabilizaria pela governança e gestão do sistema, ficando os Tribunais responsáveis pelo desenvolvimento (e todas as suas fases).
- 3) Haverá apoio total ao pleito do CJF com relação à criação do pólo de desenvolvimento. Para isso será estudada a possibilidade de ministrar um curso ainda neste ano à equipe da JF, com possibilidade de imersão no próximo ano.
- 4) O fluxo de desenvolvimento do PJe já está definido. São utilizadas ferramentas como o JIRA, GIT, etc. Tais conhecimentos serão compartilhados no treinamento a ser realizado, seja em nível básico, seja em nível avançado.
- 5) Proposta: treinamento teórico e imersão pelo prazo de 2 a 3 meses no CNJ ou TRF1. Os profissionais escolhidos devem ser experientes em Java e deverão se dedicar ao PJe e serão acompanhados por equipe de gestores a ser designada.

4. CONCLUSÕES

Após ampla participação e apresentação de propostas dos participantes, destacam-se:

- 1) É necessário um conhecimento mais amplo e aprimoramento da governança do PJe.
- 2) A Justiça Federal deve contribuir com o desenvolvimento do PJe, priorizando suas demandas e incorporando-as (por intermédio do CNJ) à versão nacional.
- 3) Deverá ser preservada a versão nacional, sem impedimento de que algumas necessidades urgentes da JF sejam incorporadas em "releases", para posterior integração à versão nacional, desde que a funcionalidade ou correção tenha sido homologada pelo CNJ.
- 4) Um tribunal que se responsabilizar pelo desenvolvimento de uma funcionalidade, mesmo que não possua equipe própria para desenvolvimento no PJe, deverá ser também responsável pelo levantamento de requisitos, testes, homologação negocial, etc.
- 5) O JIRA deverá ser intensamente utilizado, proporcionando visibilidade e controle adequado das demandas. Nem tudo deve ser submetido à CTNPJe, sob o risco de "engessar" as atividades a serem desenvolvidas.
- 6) O TRF 5 desenvolverá na versão 2.0. Outras demandas ainda poderão ser desenvolvidas nas versões 1.7.X se necessárias ao bom uso do sistema em produção na TNU, TRF1 e TRF3.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Ref.	Próximas Ações	Responsável	Data Prevista
2.1	Criação de grupo no whatsapp para a CTIPJe	Melre	
2.2	Convocação para reunião presencial da CTIPJe	Comitê gestor do PJe	
2.3	Compartilhar documento de governança do PJe com o grupo	Fernanda	
2.4	Convocação de reunião com integrantes do CTNPJe	Dr. Marcelo	
2.5	Levantar informações sobre treinamento avançado do PJe: data, local, pré-requisitos e programa	Fernanda	
3.1	Encaminhar minuta do acordo de cooperação para os TRFs	Edimilson	
3.2	Treinamento inicial e imersão para os técnicos do pólo de desenvolvimento		
4.1	Encaminhar nomes dos indicados para realizarem o treinamento do PJe	Fernanda, Jader, Marcos Barbosa e Melre	

LÚCIO MELRE DA SILVA
SECRETARIO
SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

DESPACHO Nº CJF-DES-2016/15929

Referência: Memória de Reunião Nº CJF-MRU-2016/00156 , 28/10/16 - CJF.
Assunto: Portfólio de projetos

À SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA,

Senhor Secretário,

Encaminho a memória da reunião da Comissão Técnica de TI do PJe, para ser juntada ao processo que trata do PJe.

Atenciosamente,

Brasília, 14 de novembro de 2016.

LÚCIO MELRE DA SILVA
SECRETARIO
SECRETARIA DA TECNOLOGIA DA INFORMACAO



Assinado digitalmente por LUCIO MELRE DA SILVA.
Documento Nº: 1527679-978 - consulta à autenticidade em siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar

Classif. documental | 00.13.00.01



CJFDES201615929A



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

DESPACHO Nº CJF-MRU-2016/00156

Referência: CJF-MRU-2016/00156 de 28 de outubro de 2016 - SECRETARIA DA
TECNOLOGIA DA INFORMACAO.

Assunto: Portfólio de projetos

À SUBSECRETARIA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO,

Para juntar ao Processo do PJe.

Brasília, 17 de novembro de 2016.

IVAN GOMES BONIFÁCIO
SECRETARIO
SECRETARIA DE ESTRATÉGIA E GOVERNANÇA



Assinado digitalmente por IVAN GOMES BONIFACIO.
Documento Nº: 1526815.14157118-9130 - consulta à autenticidade em
siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar

Classif. documental 00.13.00.01



CJFMRU201600156A